



PARECER JURÍDICO
PROCURADORIA JURÍDICA

**EMENTA: Projeto de Lei Ordinária nº 15/2025 que –
Projeto de Lei, “Janeiro Branco”, dedicado a
ações de promoção do bem-estar e da saúde
mental.**

Senhor Presidente,

O presente processo apresenta Projeto de Lei Ordinária que busca instituir o mês “Janeiro Branco” no âmbito do Município de Leme.

É o breve relato. Opino.

Ab initio, cumpre observar que não compete a Procuradoria Jurídica desta Casa examinar os critérios de conveniência e de oportunidade no que pese aos projetos apresentados nesta Casa Legislativa; a análise está restrita aos aspectos de legalidade, para efeito de admissibilidade e tramitação.

A Constituição Federal de 1988 contemplou a existência de entes federativos em três esferas distintas, a saber, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, dotando cada um de autonomia e atribuindo a estes campos de atuação estatal determinados.

Com isso, o Constituinte conferiu aos Municípios, de forma suplementar, poder para agir, administrar e atuar em situações concretas, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, e ainda para legislar sobre assuntos de interesse local, disposto no art. 30¹, incisos I da Carta Magna.

Apesar da generalidade que pode advir da expressão assuntos de interesse local, percebe-se, nesse caso, que o preceito constitucional se enquadra no

¹ Art. 30. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;
(...)



assunto debatido, uma vez que o interesse local não é caracterizado pela exclusividade do interesse, mas sim pela sua predominância, o que é aplicável à declaração de entidade de utilidade pública.

Nesse sentido é a doutrina de Roque Antônio Carraza²:

““interesse local” não quer dizer privativo, mas simplesmente local, ou seja, aquele que se refere de forma imediata às necessidades e anseios da esfera municipal, mesmo que, de alguma forma, reflita sobre necessidades gerais do Estado-Membro ou do país.”

Cabe inicialmente destacar aqui a ementa do projeto; a mesma traz a expressão “Projeto de lei, “Janeiro Branco” ”, ora, como será promulgada uma lei com a ementa contendo a expressão “projeto de lei”, *s.m.j.*, será uma lei e não um projeto, contudo cabe a Comissão de Constituição, Justiça e Redação apresentar emenda modificativa corrigindo tal erro.

No que concerne à forma legislativa para instituir data comemorativa, por se tratar de Lei Ordinária, como apresentada no presente caso, sua previsão consta no Regimento Interno nos termos do *caput* do artigo 202³ o qual concede a Câmara a proposição por esta via.

No mesmo artigo 202, agora em seu parágrafo 1^o, remeteu a iniciativa do projeto de lei em questão os artigos 28 a 32 da LOM – Lei Orgânica Municipal.

Neste diapasão, os referidos artigos trataram tanto da matéria atinente aos projetos de lei complementares como os de lei ordinárias.

² Curso de direito constitucional tributário. São Paulo. Malheiros. 19 ed. 2004, p. 158

³ Art. 202 – Projeto de Lei é a proposição que tem por fim regular toda matéria de competência da Câmara e sujeita à sanção do Prefeito.

⁴ Parágrafo 1º - A iniciativa dos projetos de Lei é a prevista nos artigos 28 a 32 e seus incisos e parágrafos da LOM.



Assim, como o rol previsto no parágrafo 1º do artigo 28⁵, que trata especificadamente de projetos de leis complementares, qualquer matéria que não esteja prevista neste rol, deverá tramitar por meio de lei ordinária, como apresentado.

Logo, o *caput* do artigo 30⁶, também da Lei Orgânica Municipal, trouxe que a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro do parlamento municipal bem como do Chefe do Poder Executivo.

Contudo, como o parágrafo 1º⁷ do artigo mencionado acima trouxe o rol privativo para o Chefe do Executivo, excetuada tais matérias as demais poderão ser de iniciativa do Poder Legislativo local.

Assim, a iniciativa de Vereador não macula a proposta em questão.

Quanto ao processo de votação, o Regimento Interno trouxe que, a votação para projetos de Lei Ordinárias deverá ser aprovada por maioria simples dos membros desta Casa Lei, como previsto no artigo 29⁸, também da LOM.

Contudo, o artigo 30, II da Constituição Federal traz que o município pode: **“suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”**.

⁵ Artigo 28 - As Leis Complementares serão discutidas e votadas em dois turnos, com interstício mínimo de quatro dias, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos os turnos, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, observados os demais termos de votação das Leis Ordinárias. (Emendas nºs 23/04 – 33/14)

§ 1º - Para os fins deste artigo, consideram-se complementares as leis concernentes a:

- 1 - o Plano Diretor do Município;
- 2 - o Código Tributário;
- 3 - o Código de Obras ou de Edificações;
- 4 - o Estatuto dos Funcionários Públicos;
- 5 - o Estatuto do Magistério;
- 6 - a organização da Procuradoria Geral do Município;
- 7 - o parcelamento do solo;
- 8 - o uso e ocupação do solo;
- 9 - a estrutura administrativa do Legislativo e do Executivo;
- 10 - a criação, transformação e extinção de cargos e aumento de vencimentos;
- 11 - a concessão de serviço público e de direito real de uso;
- 12 - a alienação e aquisição de bens imóveis, exceto em caso de aquisição por doação sem encargo.

⁶ Artigo 30 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro da Câmara de Vereadores, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta lei.

⁷ § 1º - São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

- 1 - criação de cargos, funções ou empregos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- 2 - regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de servidores;
- 3 - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;
- 4 - criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública.

⁸ Artigo 29 - As leis ordinárias serão aprovadas pela maioria simples dos membros da Câmara.



Consultando a rede mundial de computadores, deparei-me com legislação que trata do mesmo assunto no âmbito do Estado de São Paulo, no caso, a Lei Estadual nº 17.625, de 07 de fevereiro de 2023, logo, a presente proposta fere o artigo constitucional acima mencionado.

Neste sentido, O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já se posicionou da seguinte forma:

TJ-SP - Direta de Inconstitucionalidade: ADI 2694278620128260000 SP 0269427-86.2012.8.26.0000

Jurisprudência. Acórdão publicado em 14/05/2013

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - NORMA MUNICIPAL, DE INICIATIVA PARLAMENTAR, QUE CRIA **DATA COMEMORATIVA** E, ATO CONTÍNUO, FACULTA AO PODER EXECUTIVO FORNECER 'MATERIAIS E RECURSOS HUMANOS' - INCONSTITUCIONALIDADE DA NORMA TÃO SOMENTE QUANTO À PARCELA QUE INGERE INDEVIDAMENTE NA GESTÃO PÚBLICA. 1. Existe **competência legislativa para que os membros do Poder Legislativo local deflagrem projetos de lei tratando de datas comemorativas** importantes no âmbito territorial de seus representados, **desde que não cumuladas com disposições de iniciativa privativa de outros entes do Poder e da Federação.** (destacado)

Ainda, o artigo 2º do projeto de lei em questão prevê que o Poder Executivo “poderá” determinar, ora, uma lei tem cunho imperativo o que impõe condutas, o fato de contar a expressão citada, tira o dever de o Chefe do Executivo colocá-la em prática.

Neste caso, o Tribunal de Justiça do Estado e Minas Gerais manifestou entendimento da seguinte forma:

TJ-MG - Ação Direta Inconst 10000204840516000 MG

Jurisprudência. Acórdão publicado em 01/03/2023

Ementa: EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL - BANCO MUNICIPAL DE ÓRTESES, PRÓTESES E MEIOS AUXILIARES DE LOCOMOÇÃO - PROGRAMA DE SAÚDE: POSSIBILIDADE - PRAZO: INVIABILIDADE. - A mera criação, por iniciativa parlamentar, de programa de atendimento em saúde para formação de banco



de órteses, próteses e outros meios auxiliares de locomoção a partir de doações e/ou convênio não caracteriza, por si, ofensa ao princípio da separação de poderes, pois o tema não está reservado ao Poder Executivo - **Conforme entendimento firmado em jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), não cabe ao Poder Legislativo firmar prazo para o implemento de ações pelo Poder Executivo.** (destacado)

Por todo o exposto apresenta-se o presente parecer-técnico **OPINATIVO**, conforme já se manifestou o Pretório Excelso⁹, no sentido de que a presente propositura **não está em condições de tramitar por esta Casa Legislativa por violar preceitos constitucionais e ir em sentido oposto às jurisprudências dos Tribunais Estaduais e do Supremo Tribunal Federal**. Contudo, caso este inicie sua tramitação, cabe as comissões permanentes desta Casa se manifestarem, agora de maneira **VINCULATIVA** sobre os temas aqui tratados e sobre o mérito da proposta legislativa.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

Sala da Assessoria “Dr. Waldir José Baccarin” em 19 de fevereiro de 2.025.

Paulo Augusto Hildebrand
PROCURADOR JURÍDICO

⁹ “O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução *ex officio* da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.) Sem grifo no original.